

15  
jul

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

ATA 02/87

001. Aos quatorze dias do mês de maio de mil novecentos e oitenta e  
002. sete, às oito horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da  
003. Reitoria, realizou-se uma reunião do Conselho Coordenador do  
004. Ensino, da Pesquisa e da Extensão - COCEPE -, convocada e presi-  
005. dida pelo Prof. Léo Zilberknop, Vice-Reitor desta Institui-  
006. ção. Estavam presentes os seguintes Conselheiros: Prof. Paulo  
007. Domingos Mieres Caruso, Profa. Luisa Helena Falkenberg, Prof.  
008. Renato Luiz Mello Varoto, Profa. Leila Hadler, Prof. Sérgio  
009. Roberto Martins, Suplente do Representante da Área de Ciências  
010. Agrárias, Prof. Luiz Antonio Machado Veríssimo, Prof. Claudio  
011. Borba Gomes, Profa. Ângela Maria Sinott Rocha Gonzales, Prof.  
012. José Gilberto da Cunha Gastal e os Acadêmicos Paulo Ricardo  
013. Oppa Ribeiro e Carlos José Azevedo Machado. Antes de iniciar a  
014. reunião o Senhor Presidente saudou o Conselheiro Sérgio Rober-  
015. to Martins, suplente do Prof. Elio Kersten, Representante da  
016. Área de Ciências Agrárias. Solicitando a palavra o Conselheiro  
017. Sérgio Roberto Martins, disse que gostaria de esclarecer que  
018. não havia ainda participado das reuniões do COCEPE, por não  
019. ter recebido nenhuma comunicação deste Conselho, a respeito do  
020. assunto, bem como nenhuma convocação para as reuniões. Somente  
021. ontem (13.05.87), recebi a Portaria de 03.06.86, deste Conse-  
022. lho, explicitando minha condição de membro suplente Represen-  
023. tante da Área de Ciências Agrárias. ITEM 1 - ORDEM DO DIA -  
024. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR - Colocada em discussão, -  
025. foi a mesma aprovada pela maioria, com apenas duas abstenções,  
026. do Conselheiro Sérgio Roberto Martins e Paulo Ricardo Oppa Ri-  
027. beiro, que deixavam de votar pelo fato de ser a primeira reu-  
028. nião deste órgão que participam. O Senhor Presidente solicitou  
029. que o Conselheiro José Gilberto da Cunha Gastal, fizesse o re-  
030. lato dos processos oriundos da Comissão de Concurso, modifican-  
031. do, portanto, a ordem do dia estabelecida, por não estarem pre-  
032. sentes no momento, os Conselheiros Paulo Domingos Mieres Caruso,  
033. e Renato Luiz Mello Varoto. 06. PROCESSO Nº 23110.001165/84-1-  
034. - FACULDADE DE NUTRIÇÃO - Encaminha a Faculdade de Nutrição re-  
035. sultados do concurso para Professor Titular, na Área de Alimen-  
036. tos do Departamento de Nutrição. Processo tramitou no COCEPE, -  
037. em reunião realizada dia 28.11.86, que aprovou o parecer da Co-  
038. missão de Concurso (fls.28/29). O processo foi encaminhado à  
039. Comissão Examinadora, pela Presidente do Conselho Departamen-  
040. tal da Unidade para que esta Comissão tome conhecimento do pa-  
041. recer da Comissão de Concurso e providências. A Comissão Exami-  
042. nadora assim se manifestou: Em 10.12.86, às 09:00 horas, na Sa-  
043. la da Coordenação do Curso de Nutrição, reuniram-se os Profes-  
044. sores José Levy Sabaj, Maria Izabel Queiroz, Aldonir Barreira,  
045. Bilhalva e Moacir Cardoso Elias, membros da Comissão Exami-



15  
jul

046. nadadora do Concurso referente a este processo. Deixou de compare-  
047. cer a Profa. Nonete Barbosa Guerra, devido a compromissos ante-  
048. riormente assumidos e a distância da Universidade de Pernambuco  
049. co. Inicialmente a Comissão elaborou o quadro demonstrador das  
050. notas, que segue em anexo. Cumpre salientar que os quatro pro-  
051. fessores presentes, refizeram o quadro, enviado à Profa. Nonete -  
052. para anuência e devida assinatura. Foi anexado também, os com-  
053. provantes de prova do título de Doutor dos dois candidatos. -  
054. Quanto ao sorteio do ponto haver acontecido nas dependências da  
055. FURG, a Comissão esclarece que o Prof. LEVY estava de retorno -  
056. de viagem à Salvador e São Paulo, recebendo a convocação ofi-  
057. cial para o Concurso no dia do mesmo no final da manhã (2ª fei-  
058. ra). Ao mesmo tempo estava incumbido de concluir projetos técni-  
059. cos (CIRM) na FURG para aquele dia. Seria impraticável, neste -  
060. ponto, convocar os professores suplentes, que pertencem a  
061. UNICAMP-Campinas/SP. Os quatro professores presentes inicialmen-  
062. te na sala nº 18 do Curso de Nutrição, com a concordância dos  
063. candidatos, da Coordenação do Curso de Nutrição e de todos pre-  
064. sentes, sugeriram, após contato telefônico com o Prof. Levy, so-  
065. lucionar o impasse fazendo somente o sorteio do ponto na FURG e  
066. todas as provas na sala nº 18 do Curso de Nutrição. A Comissão  
067. de concurso em seu parecer diz que atendidas satisfatoriamente  
068. a diligência, opina favoravelmente à homologação dos resultados  
069. do concurso que habilitou os candidatos JOSÉ ANTONIO G. ALEIXO  
070. e ADEMAR C. DE OLIVEIRA, classificando o primeiro colocado, JO-  
071. SE ANTONIO ALEIXO. Colocado em discussão o parecer da Comissão  
072. de Concurso, foi o mesmo aprovado. 7. PROCESSO Nº 23110.006433/  
073. 86-16 - FACULDADE DE ODONTOLOGIA - Departamento de Odontologia  
074. Restauradora - Área de Dentística - Foi deferido pelo Presiden-  
075. te do órgão abertura do processo para Professor Substituto no  
076. Departamento descrito acima, na Área de Dentística, em vaga -  
077. oriunda da aposentadoria da Profa. Henriete Poetch, conforme so-  
078. licitação contida no processo protocolado sob nº 23110.003461/-  
079. 86-45. Houve esclarecimento do Conselho Departamental da Unida-  
080. de (Fls.06/08), que em resumo diz que a Faculdade de Odontolo-  
081. gia possui duas vagas para Professor Auxiliar, da Profa. Henrie-  
082. te Poetch e do Prof. Wanderlei Albio da Silva. O Conselho Depar-  
083. tamental estabeleceu a prioridade um para a disciplina de Den-  
084. tística III e prioridade dois para a disciplina de Odontopedia-  
085. tria I e II. O Senhor Presidente baixou o processo à Comissão -  
086. de Concurso para parecer sobre a constituição da Banca Examina-  
087. dora (fls.03) pontos do programa da disciplina (fls.05) regime  
088. de trabalho e, sobretudo os esclarecimentos do Conselho Departa-  
089. mental da Unidade. A Comissão de Concurso é de parecer que se  
090. mantenha a abertura do processo seletivo de Professor Substitu-  
091. to na disciplina de Dentística III, apenas com a ressalva de  
092. que se trata da vaga deixada pelo Prof. Wanderlei Albio da Sil-  
093. va. Quanto a constituição da Banca Examinadora, programa e regi-  
094. me de trabalho, a Comissão de Concurso é pela homologação. 8.  
095. PROCESSO Nº 23110.000407/87-74 - INSTITUTO DE BIOLOGIA - Depar-  
096. tamento de Fisiologia e Farmacologia - Encaminha resultado do  
097. Concurso para Professor Substituto realizada naquele Departamen-  
098. to, na Área de Fisiologia I e II. Em seu parecer a Comissão de  
099. Concurso opina pela homologação dos resultados, que classificou  
100. como primeira colocada SALY CABRAL MACHADO. Colocado em discus-

A



17  
del

101. são o parecer exarado pela Comissão de Concurso, foi o mesmo -  
102. aprovado. 9. PROCESSO Nº 23110.004624/86-43 - INSTITUTO DE  
103. CIÊNCIAS HUMANAS - O Senhor Presidente fez uma síntese aos Con-  
104. selheiros, do processo em pauta, dizendo se tratar de um proces-  
105. so antigo e que já tramitou por este Conselho. Trata-se de um  
106. processo de Concurso a ser realizado no Insituto de Ciências Hu-  
107. manas, concurso para Professor Auxiliar, na Área de Metodologia  
108. da Pesquisa em Ciências Sociais, e que foi suspenso, na época, -  
109. porque um dos candidatos não teve a sua inscrição homologada -  
110. por este órgão, por falta de revalidação de um de seus títulos.  
111. Posteriormente o título em questão foi revalidado pelo COCEPE, e  
112. agora este processo esta sendo reativado, e será realizado. Dis-  
113. se o Senhor Presidente que através de um ofício do Diretor do  
114. Instituto de Ciências Humanas solicita que seja homologado por  
115. este Conselho as novas datas para a realização do mesmo. Conce-  
116. dida a palavra ao relator da Comissão de Concurso este exarou -  
117. parecer favorável a homologação das novas datas propostas. (fls  
118. 02). Colocado em discussão o parecer exarado pela Comissão de  
119. Concurso, foi a mesma aprovada. 10. PROCESSO Nº 23110.003065/-  
120. 86-18 - FACULDADE DE NUTRIÇÃO - O Senhor Presidente disse que a  
121. Diretora da Faculdade de Nutrição encaminha ofício a este órgão  
122. onde solicita a transferência para nova data do Concurso para  
123. Professor Auxiliar, no Departamento de Nutrição, na Área de Nu-  
124. trição Social, em face da paralização dos professores da Univer-  
125. sidade Federal de Pelotas. O Conselheiro José Gilberto da Cunha  
126. Gastal, disse que a Comissão de Concurso opina pela homologação  
127. das novas datas (fls.04) para o referido concurso. Colocado em  
128. discussão o parecer exarado pela Comissão de Concurso, foi o  
129. mesmo aprovado. 11. PROCESSO Nº 01/86 - FACULDADE DE DIREITO -  
130. O Presidente da Comissão de Concurso em seu relato diz que a Fa-  
131. culdade de Direito - Departamento de Direito Penal, encaminha -  
132. os resultados do concurso para Professor Substituto, realizado  
133. naquela Unidade. A Comissão de Concurso é de parecer favorável  
134. à homologação dos resultados, que classificou o candidato CAR-  
135. LOS OTAVIANO DE MORAES. Colocado em discussão o parecer exarado  
136. pela Comissão de Concurso, foi o mesmo aprovado. O Senhor Presi-  
137. dente a seguir concedeu a palavra ao Conselheiro Paulo Domingos  
138. Mieres Caruso, para que o mesmo fizesse uma explanação referen-  
139. te ao Calendário Escolar especificado no item 2 da Ordem do Dia  
140. da presente reunião. O relator fez um amplo relato sobre o Ca-  
141. lendário apresentado dizendo que o mesmo vem atender o Calendá-  
142. rio proposto pelos docentes da Universidade Federal de Pelotas.  
143. Reportou-se ao ofício encaminhado pelo Diretório Central de Es-  
144. tudentes, onde o mesmo solicita a suspensão das atividades aca-  
145. dêmicas nos dias 22 a 25 de maio do corrente mês, em virtude do  
146. Congresso a ser realizado nesta cidade, pela UEE. A matéria em  
147. questão foi amplamente debatida entre os Conselheiros presen-  
148. tes. Esgotada a fase de discussão, o COCEPE aprovou por maioria  
149. dos Conselheiros, com apenas uma abstenção, do Conselheiro Jo-  
150. sê Gilberto da Cunha Gastal, com declaração de voto, o calendá-  
151. rio proposto pela Assembléia dos Docentes da Universidade Fede-  
152. ral de Pelotas, encaminhado pela Pró-Reitoria de Graduação e  
153. Assistência e ainda, levando em conta o anseio dos estudantes -  
154. para que o Congresso da UEE constituisse uma atividade de desen-  
155. volvimento cultural da comunidade como um todo deliberou que o

A



156. período de realização do evento constasse do calendário como  
157. dias letivos, ficando a cargo da Pró-Reitoria de Graduação e  
158. Assistência a recomendação ao colegiados de cursos a suspensão  
159. das atividades didáticas em salas de aulas e laboratórios, para  
160. que assim, toda a comunidade universitária possa participar. O  
161. Calendário Escolar para o ano de 1987 fica fazendo parte inte-  
162. grante da presente ata e arquivado na Secretaria dos Conselhos  
163. Superiores. O Conselheiro José Gilberto da Cunha Gastal, solici-  
164. tou a palavra dizendo que sua declaração de voto é a seguinte:-  
165. Minha abstenção substitui meu anterior propósito, inclusive no-  
166. ticiado a algumas pessoas, que seria de propor a manutenção do  
167. atual calendário, com implícita consequência de ficar prejudica-  
168. do o presente semestre. Contudo, considero aprioristicamente -  
169. vencida essa posição. Assembléia de Docentes, manifestação do  
170. Diretório Central de Estudantes e a própria administração su-  
171. perior revelam o propósito da alteração do calendário, superan-  
172. do o prévio exame do cabimento da dita alteração. Sem que-  
173. rer melindrar, com a expressão que usarei, os que tenham posi-  
174. ção oposta, entendo doentia a intenção de alteração o Calendá-  
175. rio. No plano individual, passa a ser doentia a conduta que, de  
176. quem passa a desconhecer deliberadamente a realidade, a sujei-  
177. tar-se à fantasia e a alienar-se da evidência dos fatos. Incide  
178. nas doenças emocionais ou psíquicas. Assim também se passa com  
179. o organismo social. O comportamento da sociedade passa a ser -  
180. doentio, quando adota condutas que desconsideram a realidade. -  
181. No caso em foco, a greve docente invocava propósitos não mera-  
182. mente trabalhistas, mas pretendia mesmo era preservar a viabili-  
183. dade do funcionamento da Universidade, sufocada que está pela -  
184. política financeira administrativa do MEC. Que os docentes deli-  
185. berem sustar sua greve, mediante a mera satisfação da reivindi-  
186. cação trabalhista, é problema dos docentes. Entretanto, que por  
187. isso o calendário se altere, é problema da Universidade, nova-  
188. mente porque ela, por sua Reitoria e por seus Conselhos Superio-  
189. res, endossou os fundamentos da greve e afirmou publicamente -  
190. sua inviabilidade funcional por aspectos da política do MEC. -  
191. Ora, esta em nada foi alterada substancialmente. Portanto, se a  
192. Universidade aproveitar este semestre, está desconhecendo a rea-  
193. lidade em que se estribou para endossar o movimento docente. -  
194. Está deliberadamente ignorando os fatos ou, aos olhos da popula-  
195. ção, estava afirmando inverdades quando se dava por inviabiliza-  
196. da. Ao alterar o calendário, estará este Conselho, a meu ver, -  
197. deliberadamente desconhecendo a realidade dos nefastos efeitos  
198. de uma tal alteração. Em ocasiões anteriores em que tal se deu,  
199. já se constatou o atropelo em que se desenvolveram as ativida-  
200. des, com consequente baixas qualitativas do processo de ensino-  
201. -aprendizagem e exaustão docente, pelo estrangulamento dos ne-  
202. cessários intervalos de descanso. Desnecessidades tudo isso, é  
203. voltar as costas aos fatos, é tergiversar, é adotar a política -  
204. meio-termo, que recente crônica de Luiz Fernando Veríssimo com  
205. este título denuncia, melhores que muitas obras de pretensas -  
206. ciência política, como cruzada básica de nosso agir social. Pre-  
207. firo as posturas sociais que encaram a realidade, que reconhe-  
208. cer os danos, quando os há, e que traduzem o verdadeiro sentir  
209. que os fatos provocam. No cemitério de Stalingrado está inscri-  
210. to: "Nada foi esquecido e nada foi perdoado". Prefiro saber dis-



19  
Fev

211.to, do que ter assistido a Associação dos Resistentes Franceses  
212.depositar flores da Embaixada Alemã, em cerimônia no Túmulo -  
213.do Soldado Desconhecido no Arco do Triunfo. Assim, me abstenho,  
214.para não endossar com meu voto uma linha de conduta, da qual -  
215.discordo. O Senhor Presidente solicitou que o Conselho Renato -  
216.Luiz Mello Varoto relatasse os processos oriundos da Comissão de  
217.Extensão. 3. PROCESSO Nº 23110.001055/87-74 - PRÓ-REITORIA DE  
218.EXTENSÃO - Disse o Senhor relator da Comissão de Extensão que o  
219.processo se refere a problemas na carga horária da Prof. Maria  
220.Amélia Lozano Dias, do Departamento de Letras do Instituto de  
221.Letras e Artes, a qual solicitou que fosse cancelado o Curso de  
222.Extensão denominado "Criança e Educação". O Conselheiro Renato  
223.Luiz Mello Varoto fez uma síntese sobre o processo. Terminando  
224.o relato o COCEPE tomou ciência da suspensão do curso acima es-  
225.pecificado. 4. PROCESSO Nº 23110.001611/87-76 - PRÓ-REITORIA DE  
226.EXTENSÃO - Comunica a Pró-Reitoria de Extensão a suspensão de  
227.cursos pelo Instituto de Letras e Artes/NEL denominado "Frances  
228.I" e "Conversação em Língua Alemã II", que não poderão ser mi-  
229.nistrados nos prazos estipulados. O COCEPE tomou ciência da sus-  
230.pensão dos cursos mencionados. 5. PROCESSO Nº 23110.007129/86 -  
231.41 - PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO - Disse o Conselheiro Renato que  
232.o referido processo retorna ao plenário, após sofrer algumas -  
233.alterações, e também por deliberação deste Conselho, que fosse  
234.distribuída cópias aos Conselheiros, sobre a proposta de regula-  
235.mentação da extensão universitária na Universidade Federal de  
236.Pelotas. O Conselheiro Renato Luiz Mello Varoto fez um amplo re-  
237.lato da proposta apresentada. Após os debates o Senhor Presiden-  
238.te colocou em discussão a proposta apresentada sendo a mesma -  
239.aprovada. Fica a presente proposta de regulamentação da exten-  
240.são Universitária, fazendo parte integrante da presente ata, e  
241.arquivada na Secretaria dos Conselhos Superiores. O Senhor Pre-  
242.sidente solicitou que o Conselheiro Paulo Domingos Mieres Caru-  
243.so relatasse os processos oriundos da Comissão de Graduação. O  
244.Conselheiro Paulo Domingos Mieres Caruso solicitou permissão -  
245.aos Conselheiros para relatar um processo fora da pauta previs-  
246.ta. Consultado os Conselheiros os mesmos foram unânimes em con-  
247.cederem o pedido. Disse o Conselheiro que trata do processo de  
248.nº 23110.001789/87-16, oriundo do Colegiado de Curso de Agrono-  
249.mia, e que encaminha a Pró-Reitoria de Graduação e Assistência  
250.o seguinte ofício: Fomos informados pelo Departamento de Fitos-  
251.sanidade que as Disciplinas Eletivas - Doenças das Grandes Cultu-  
252.ras (Cód. 2007) e Nematologia Vegetal (Cód. 2010) - não serão -  
253.ministradas neste semestre, alegando insuficiência de alunos (-  
254.número menor que o mínimo exigido) para o funcionamento das mes-  
255.mas. Em razão de não haver complementação de matrícula neste se-  
256.mestre, somos frontalmente contrários a quaisquer cancelamentos  
257.de turmas ou disciplinas constantes da lista de oferta deste se-  
258.mestre, independente do número de alunos matriculados. Tendo em  
259.vista o exposto, solicitamos suas providências junto ao COCEPE,  
260.no sentido de não permitir tais cancelamentos, garantindo assim  
261.a matrícula dos alunos, tendo entre eles alguns formandos. Após  
262.o relato o COCEPE aprovou o parecer exarado pela Comissão de  
263.Graduação com o objetivo de aproveitar vagas remanescentes, nos  
264.dias 25 e 26 de maio aos alunos que desejarem poderão requerer  
265.ao Colegiado de Curso respectivo a inclusão de disciplina em

K



211.que foram constatadas existência de vagas. O Conselheiro Paulo -  
212.Domingos Mieres Caruso, com a anuência dos Conselheiros presen-  
213.tes, abordou a seguir o ofício encaminhado pelo Diretório Cen-  
214.tral de Estudantes, onde esta entidade estudantil solicita que  
215.reestudem a Resolução de 18.12.86, que versa sobre as matrículas  
216.tendo em vista que a mesma não foi devidamente discutida nas Uni-  
217.dades e pois a mesma é desconhecida pelos estudantes, ocasionan-  
218.do problemas diversos. Solicitam a abertura de um período de com-  
219.plementação de matrícula. O Conselheiro relator fez uma síntese  
220.sobre o assunto, e no final de sua explanação disse que a sua  
221.proposta, era que se fizesse um adendo a norma para atender to-  
222.dos os casos pendentes, sugerindo os dias 25 e 26 do corrente -  
223.mês para inclusões de disciplinas. Colocado em discussão a pro-  
224.posta do Conselheiro Paulo Domingos Mieres Caruso, foi a mesma -  
225.aprovada por unanimidade. GRADES CURRICULARES DO CURSO DO CONJUN  
226.TO AGROTÉCNICO VISCONDE DA GRAÇA - O Conselheiro Paulo Domingos  
227.Mieres Caruso, fez um relato referente as Grades Curriculares en-  
228.caminhadas a este Conselho pelos Cursos de Agropecuária, Alimen-  
229.tos e Economia Doméstica, vigentes a partir do ano de 1987. A  
230.Comissão de Graduação manifesta-se pela aprovação. Solicitou o  
231.Conselheiro Paulo Domingos Mieres Caruso, que este docu-  
232.mento deverá ser enviado, através de xerox a todas as Unidades -  
233.da Universidade Federal de Pelotas. Colocado em discussão o pare-  
234.cer da Comissão de Graduação, foi o mesmo aprovado. PROCESSO Nº  
235.23110.000074/87-83 - COLEGIADO DE CURSO DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS -  
236.Encaminha expediente ao Diretor da Secretaria Geral dos Cursos, -  
237.onde solicita que seja regularizada a matrícula da Acadêmica -  
238.Leonora de Mattos Roxo, na disciplina de Bioquímica, uma vez que  
239.a referida aluna cursou todo o 2º semestre do corrente ano, ten-  
240.do sido aprovada por média, sem saber que o professor orientador  
241.não havia marcado a disciplina em sua matrícula. Em seu despacho  
242.o Senhor Diretor da Secretaria Geral dos Cursos, informou ao  
243.Coordenador do Colegiado de Curso da Faculdade de Ciências Domés-  
244.ticas, que tal solicitação não poderia ser atendida uma vez que  
245.o prazo já encerrou-se. O Chefe do Departamento de Bioquímica, -  
246.encaminha expediente, onde confirma que a citada aluna obteve -  
247.aprovação na disciplina de Bioquímica II no segundo semestre de  
248.1986, onde foi aprovada por média, não obstante sua matrícula -  
249.não tenha sido efetivada na referida disciplina pelo professor -  
250.orientador. A professora orientadora da aluna encaminhou ofício  
251.a Coordenação do Colegiado de Curso da Faculdade de Ciências Do-  
252.mésticas, onde comunica que no ato da matrícula, referente ao  
253.2º semestre de 1986, a aluna Leonora de Mattos Roxo, houve um  
254.lapso de sua parte, não assinalando no requerimento de matrícula  
255.a disciplina de Bioquímica, somente acrescentando a referida dis-  
256.ciplina no horário. Solicita a professora orientadora que sejam  
257.tomadas providências para reparar seu engano, a fim de que a alu-  
258.na não fique prejudicada. O Senhor Prô-Reitor encaminha ao Presi-  
259.dente do COCEPE o seguinte despacho: No primeiro período letivo  
260.regular de 1986, regularia, após o período previsto no Calenda-  
261.rio Escolar, aproximadamente, 50 (cinquenta) alunos frequentes e  
262.aprovados mas não matriculados em disciplinas específicas. Com a  
263.intensão de corrigir tais distorções e, após ampla divulgação -  
264.junto aos Colegiados de Cursos, no segundo período letivo regu-  
265.lar, deixamos de regularizar situações semelhantes. No que pese

A



21  
out

266. nossos esforços, novos casos ocorreram à semelhança do relatado'  
267. no presente processo. Assim sendo, submetemos o assunto à consi-  
268. deração de Vossa Senhoria, no intuito de obter-mos orientações -  
269. de como proceder nestes casos. O processo foi enviado à Comissão  
270. de Graduação para análise e parecer, que assim se manifestou: A  
271. Comissão de Graduação entende que é necessária a manifestação do  
272. COCEPE para que sejam evitadas incorreções como esta, pois o fato de  
273. que a requerente não constava em lista de chamada deveria ter si-  
274. do observado pelo professor da disciplina, vem antes do termino -  
275. do semestre. Colocado em discussão o parecer da Comissão de Gra-  
276. duação. Após o relato o COCEPE tomou ciência com referência a so-  
277. licitação do Colegiado de Curso de Ciências Domésticas, no tocan-  
278. te a regularização de matrícula da Acadêmica mencionada. 17.  
279. PROCESSO Nº 23110.006726/85-11 - OLGA SUZANA DEL CARMEN PAZ MON-  
280. TEVERDE MISSIO - Revalidação de Diploma - Disse o Senhor Presi-  
281. dente que o presente processo tramitou na reunião deste Conselho  
282. realizada dia 13.03.87, que deliberou que o processo baixasse em  
283. diligência à Comissão Especial para emitir parecer conclusivo, -  
284. atentando para a parte final do parágrafo 2º do art. 6º da Reso-  
285. lução nº 02/85. A Comissão Especial exarou o seguinte parecer. A  
286. requerente Olga Suzana Del Carmen Paz Monteverde Missio nas pro-  
287. vas realizadas no dia 22.12.86, foi reprovada na área de Cirur-  
288. gia Geral, tendo obtido nota 3,0 (três) nesta área, quando ne-  
289. cessitaria de, no mínimo nota 5,0 (cinco) para ser aprovada. fi-  
290. cando, portanto, prejudicado seu pedido inicial. Colocado em dis-  
291. cussão o parecer, foi o mesmo aprovado. 18. PROCESSO Nº  
292. 23110.000264/87-19 - INSTITUTO DE QUÍMICA E GEOCIÊNCIAS - Disse  
293. o Senhor Presidente que o Instituto de Química e Geociências so-  
294. licita a cedência de um professor, mais precisamente do Prof. -  
295. Francisco Burket Del Pino do Conjunto Agrotécnico Visconde da  
296. Graça, que estará concluindo o curso de Mestrado em Ciências Bio-  
297. lógicas, área de Bioquímica, para auxiliar na ministração de  
298. aulas das disciplinas de Bioquímica e Bioquímica dos Alimentos -  
299. dos Cursos de Ciência e Tecnologia Agroindustrial e Ciência dos  
300. Alimentos. O Senhor Presidente reportou-se, em seu relato, às  
301. peças constantes do presente processo. O Conselheiro José Gilber-  
302. to da Cunha Gastal solicitou a palavra, e propôs que o processo  
303. em pauta baixe em diligência à Procuradoria Jurídica para que  
304. esta emita parecer e retorne em uma das próximas reuniões deste  
305. Conselho. Colocado em discussão a proposta do Conselheiro José  
306. Gilberto da Cunha Gastal, foi a mesma aprovada. A seguir o  
307. Senhor Presidente suspendeu a presente sessão marcando, desde -  
308. logo, sua continuidade para o dia 15.05.87, no mesmo local e ho-  
309. rário. REUNIÃO DO COCEPE REALIZADA DIA 15.05.87, EM CONTINUIDADE  
310. A REALIZADA DIA 14.05.87 - Estavam presentes os seguintes Conse-  
311. lheiros: Prof. Leo Zilberkno, Vice-Reitor desta Instituição, -  
312. Profa. Luisa Helena Falkenberg, Prof. Renato Luiz Mello Varoto,  
313. Profa. Leila Hadler, Prof. Sérgio Roberto Martins, suplente do  
314. Representante da Área de Ciências Agrárias, Prof. Luiz Antonio -  
315. Machado Veríssimo, Prof. José Gilberto da Cunha Gastal e os Aca-  
316. dêmicos Paulo Ricardo Oppa Ribeiro e Carlos José Azevedo Macha-  
317. do. Dando continuidade a reunião o Senhor Presidente deu por -  
318. aberta a sessão. 19. PROCESSO Nº 23110.000276/87-06 - FACULDADE  
319. DE EDUCAÇÃO - Disse o Senhor Presidente que o Departamento de  
320. Ensino da Faculdade de Educação solicita a contratação de um pro

*[Handwritten signature]*



321. fessor visitante para atender as disciplinas: Teoria de Ensino -  
322. no Curso de Pós-Graduação em Educação, nível de especialização e  
323. Metodologia do Ensino Superior, no Curso de Pós-Graduação em  
324. Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial, nível de Mestrado,  
325. da Faculdade de Odontologia. O Senhor Presidente do COCEPE, exa-  
326. rou, ao Magnífico Reitor o seguinte despacho: Com referência ao  
327. Ofício nº 001/87 do Departamento de Ensino da Faculdade de Edu-  
328. cação, informo-lhe que no momento não existe nenhuma vaga docen-  
329. te alocada àquela Unidade. Esclareço-vos que, no final do ano -  
330. passado, foram contratados por concurso público 04 (quatro) no-  
331. vos docentes para a Faculdade de Educação, a seguir discrimina-  
332. dos: 1) Alvaro Luis Moreira Hipólito, a partir de 18.11.86, em  
333. regime de DE, Departamento de Ensino. 2) Jacira Reis da Silva, a  
334. partir de 01.12.86, em regime de DE, Departamento de Ensino. 3)  
335. Armando Manoel de Oliveira Cruz, a partir de 02.12.86, DE, Depar-  
336. tamento de Fundamentos da Educação. 4) Agostinho Mário Dala-  
337. vecchia, a partir de 30.12.86, via mandato judicial, DE, Departa-  
338. mento de Fundamentos da Educação. O processo foi encaminhado ao  
339. Diretor da Faculdade de Educação para conhecimento que assim se  
340. manifestou: S.M.J., há equívoco no despacho do Senhor Presidente  
341. do COCEPE, quando afirma não existir vaga alocada à Faculdade de  
342. Educação. Existem duas vagas de professor a serem preenchidas me-  
343. diante concurso público. O pedido de abertura destes concursos -  
344. foi encaminhado à Presidência do COCEPE em 21.11.86, mediante os  
345. ofícios 133/86 FE e 134/86 FE, protocolados sob os nºs 23110.006  
346. 874/86-81 e 23110.006875/86-44. Convém esclarecer que estas são  
347. as duas últimas vagas docorrentes de estudo e aprovação do COCE-  
348. PE (ata 19/84). Como é de amplo conhecimento do próprio COCEPE, -  
349. a aprovação destas vagas, para suprir as necessidades mais pre-  
350. mentes de docência na Faculdade de Educação, fez com que a Facul-  
351. dade de Educação, juntamente com a Reitoria, elaborasse um pla-  
352. no de concursos durante o ano 85/86 e 1º semestre de 87. Este -  
353. plano deu origem ao processo nº 23110.005080/84-1, de posse da  
354. Reitoria. O plano foi aprovado pelo Magnífico Reitor junto à Di-  
355. reção da Faculdade de Educação. Diante do exposto fica evidente  
356. que existem duas vagas alocadas à Faculdade de Educação, ainda-  
357. não preenchidas. E é esta situação que nos obriga a solicitar -  
358. contrato para professor visitante; ou, na negativa, o que não  
359. desejamos, não podermos atender as turmas de alunos. O Senhor  
360. Presidente fez um amplo relato do assunto aos Conselheiros, fa-  
361. zendo ver aos Conselheiros presentes o que está se discutindo -  
362. neste momento é a locação da vaga. O Senhor Presidente abordou -  
363. detalhadamente o problema das vagas existentes, conforme decisão  
364. deste Conselho anteriormente, 08 (oito) vagas, foram concedidas  
365. a Unidade, e que foram alocadas 06 (seis) vagas, restando apenas  
366. 02 (duas) vagas para serem alocadas à Faculdade de Educação. O  
367. Senhor Presidente disse que o COCEPE, através da Comissão de  
368. Concurso, elaborou critérios para locação de vagas, que deverão  
369. ser discutidos neste Conselho em próxima reunião. A matéria foi  
370. amplamente debatida pelo plenário. Após os debates o COCEPE rati-  
371. ficou por maioria de seus membros a decisão anterior exarada por  
372. este Conselho, que as duas (02) vagas permaneçam locadas à Facul-  
373. dade de Educação. 20. PROCESSO Nº 23110.001461/87-55 - PROFA. -  
374. GILDA MACIEL CORRÊA MEYER RUSSOMANO - Disse o Senhor Presidente  
375. que a requerente, professora titular de Direito Internacional, -





376. lotada na Faculdade de Direito, oficia ao Magnífico Reitor no -  
377. seguinte teor: Como é do seu conhecimento, a requerente se encon-  
378. tra dispensada de encargos docentes - até 17 de setembro p.f. -  
379. para escrever obra didático-científica, de acordo com as normas'  
380. internas dessa egrêgia Universidade. No dia 16 de março pp., a  
381. requerente foi eleita, por unanimidade, Presidente da Comissão -  
382. Interamericana de Direitos Humanos, da OEA, com sede em Washing-  
383. ton, DC, USA, conforme comunicação telegráfica que a requerente'  
384. fez a Vossa Excelência, naquela oportunidade. Como se vê do ofi-  
385. cio anexo, dirigido a Vossa Excelência pelo excelentíssimo -  
386. Senhor Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos, -  
387. para desempenho de suas novas funções internacionais, a requeren-  
388. te estará, até 31 de dezembro de 1987 quase permanentemente, em  
389. Washington ou no estrangeiro, o que prejudicará o ritmo de elabo-  
390. ração da obra referida no item 1 deste requerimento. Em face -  
391. disso, requer a Vossa Excelência: A) que, a partir do dia 17 de  
392. abril corrente, seja considerada em licença remunerada para de-  
393. sempenho daquela missão diplomática e cultural de alto nível, -  
394. até 31 de dezembro p.f.; B) que, consequência, fique suspenso o  
395. prazo regimental para entrega dos originais do livro em elabo-  
396. ração, previsto para terminar no dia 17 de setembro p.f.; C) Que  
397. o prazo para entrega da obra recomece a fluir no dia 1º de janei-  
398. ro de 1988, por mais cinco (05) meses (correspondentes ao perío-  
399. do de suspensão da licença para escrever obra, de 17 de abril a  
400. 17 de setembro do corrente ano), de modo a que os originais de-  
401. vam ser entregues à Universidade em 1º de junho de 1988. Em seu  
402. despacho diz o Magnífico Reitor que requerido encontra amparo ge-  
403. nérica e analogicamente considerado, no disposto no art. 354 do  
404. Regimento Geral da Universidade e em normas do PCS relativas ao  
405. afastamento de docentes. Autorizada pelo Colegiado Departamental  
406. e pelo Egrégio COCEPE, já deu início à elaboração da obra, ativi-  
407. dade que pretende ter suspensão de 17 do mês em curso até 31 de  
408. dezembro de 1987, período em que exercerá a presidência da Comis-  
409. são Interamericana de Direitos Humanos, vinculada à OEA. Inexis-  
410. tendo dispositivo regimental explícito referente à competência -  
411. para decidir sobre a suspensão da atividade, por período limita-  
412. do, defiro a solicitação em todos seus termos, na forma do art. 1º  
413. 54, XVII, do Regimento Geral da Universidade. Comunique-se ao  
414. COCEPE. Após o relato, o COCEPE tomou conhecimento da solicita-  
415. ção da Prof. Gilda Maciel Correa Meyer Russomano, deferida pelo  
416. Magnífico Reitor. 21. PROCESSO Nº 23110.001056/87-37 - ESCOLA -  
417. SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - O Senhor Presidente disse que o  
418. Diretor da Escola Superior de Educação Física encaminha para -  
419. apreciação desse Conselho e às providências cabíveis o processo'  
420. de abertura do Concurso para as disciplinas de Rítmica, Gināsti-  
421. ca Rítmica Desportiva e Prática Desportiva, aprovado pelo Conse-  
422. lho Departamental da Unidade. O Chefe do Departamento de Gināsti-  
423. ca e Saúde da Escola Superior de Educação Física junta ofício -  
424. onde anexa o programa para o concurso solicitado, para preenchi-  
425. mento da vaga da Profa. Turene da Costa Farias, aposentada no  
426. semestre de 1986. O Senhor Presidente despachou o processo ao  
427. Departamento Pessoal para parecer, com referência a solicitação  
428. da vaga. O Departamento Pessoal exarou o seguinte parecer: Dando  
429. atendimento a solicitação, informamos que a vaga da Profa. Adjun-  
430. to Nível 3, Turene da Costa Farias dispensada para fins e de



24  
gel

431. aposentadoria previdenciária, a partir de 1986 foi distribuída -  
432. ao Curso de Nutrição. Sendo admitida na referida vaga a Profa. -  
433. Auxiliar Maria Cecília Formoso Assunção através de concurso pú-  
434. blico em 21.01.86. O Senhor Presidente colocou em discussão o  
435. assunto entre os Conselheiros. Disse ainda que tinha uma propos-  
436. ta a fazer, no tocante a resposta a ser dada à Escola Superior -  
437. de Educação Física, com referência a seu pedido, ou seja, de que  
438. a Escola Superior de Educação Física aguarde a distribuição de  
439. vagas ainda existentes na Universidade que serão alocadas por  
440. este Conselho, após definir os critérios de redistribuição das  
441. mesmas. A proposta foi aprovada pelos Conselheiros. 22. PROCESSO  
442. Nº 23110.001435/84-9 - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - iniciando  
443. seu relato disse que recebeu do Diretor do Instituto de Ciências  
444. Humanas ofício com dois objetivos: 1. Comunicar uma alteração na  
445. composição da Banca Examinadora do concurso para professor titu-  
446. lar na área de Economia: em lugar do professor Samir Curi Halal  
447. da Universidade Católica de Pelotas, inclua-se o nome do profes-  
448. sor Aldo Lapoli, da Fundação Universidade do Rio Grande, como su-  
449. plente; 2. Solicitar a esse Conselho prorrogação do prazo de rea-  
450. lização do citado concurso, marcado em princípio para o dia de  
451. hoje, em virtude da situação de greve dos docentes desta Univer-  
452. sidade. Como o prazo limite é 23 de abril, quinta-feira da próxi-  
453. ma semana, sendo segunda-feira feriado, parece-me imprescindível  
454. que esse Conselho aprove uma nova data, considerando o período -  
455. de excepcionalidade que a instituição atravessa. O Senhor Presi-  
456. dente após, fez um breve relato aos Conselheiros sobre o proces-  
457. so, sugerindo que o processo baixe em diligência à Comissão de  
458. Concurso para que esta emita parecer. A sugestão foi aprovada. -  
459. 23. PROCESSO Nº 23110.001023/87-88 - ALTERAÇÃO DA PORTARIA Nº  
460. 523 DE 20.09.84 - O Senhor Presidente relatou aos Conselheiros -  
461. as alterações propostas na referida Portaria que irá aprovar as  
462. normas que regerão os concursos públicos para provimento de em-  
463. pregos do Professor de Ensino Médio no âmbito da Universidade. O  
464. processo foi encaminhado ao Departamento de Pessoal para análise  
465. e parecer. O Departamento Pessoal julgou procedente introduzir -  
466. algumas modificações de forma ajustar o texto, tornando-se o  
467. mais genérico. O Senhor Presidente leu aos Conselheiros os ajus-  
468. tes feito pelo Departamento de Pessoal no texto. Após, disse que  
469. o Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça encaminha uma nova pro-  
470. posta, no tocante ao prazo decorrente da divulgação do Edital, -  
471. que seja fixado em trinta dias corridos. Após o relato o Senhor  
472. Presidente colocou o assunto em discussão, sendo o mesmo aprova-  
473. do. As normas que regerão os concursos públicos para provimento  
474. de Professor de Ensino Médio, no âmbito da Universidade, ficam -  
475. fazendo parte integrante da presente ata e arquivados na Secre-  
476. taria dos Conselhos Superiores. 24. PROCESSO Nº 23110.001118/87-  
477. -92 - FACULDADE DE EDUCAÇÃO - Disse o Senhor Presidente que a  
478. Faculdade de Educação Encaminha ofício onde solicita a contrata-  
479. ção do Professor Marcos Villela Pereira, 2º classificado no con-  
480. curso de História da Educação e Cultura, realizado em setembro -  
481. do ano de 1986. Diz ainda o citado ofício, que este pedido de  
482. contratação é feito pelo Departamento de Fundamentos da Educa-  
483. ção devidamente homologado pelo Conselho Departamental da Unida-  
484. de. O Senhor Presidente relatou os esclarecimentos elaborados pe-  
485. la Faculdade de Educação. 1º A Faculdade de Educação e, especial

A



486. mente o Departamento de Fundamentos da Educação, em início de  
487. março, na véspera do início do semestre letivo de 1987, foi lite-  
488. ralmente atropelada em seu planejamento. Pois, dois de seus pro-  
489. fessores foram chamados para exercer os mais altos cargos univer-  
490. sitários na Universidade Católica de Pelotas, o professor Jandir  
491. João Zanotelli, lotado na Faculdade de Educação em 40 (quarenta)  
492. horas, é hoje o Reitor daquela Universidade. Como sua cedência,  
493. para exercer o cargo de Reitor, é compulsória, não há possibili-  
494. dades legais para substituí-lo e nem, o que seria absurdo, negar  
495. sua ascensão ao mais alto cargo universitário naquela Institui-  
496. ção. Fica assim o Departamento apesar dos ajustes e remanejos -  
497. indesejáveis de última hora, com alunos sem aula no Curso de Pe-  
498. dagogia e no Curso de Educação Artística. Também projetos de  
499. Extensão e de Pesquisa, já iniciados, estão seriamente comprome-  
500. tidos. 2º Como se trata de uma situação insustentável, o Departamen-  
501. to e o Conselho Departamental decidiram aproveitar o candida-  
502. to classificado no concurso acima mencionado. Para isto, faz-se  
503. necessário esclarecer o procedimento a ser adotado: 2.1. O De-  
504. partamento de Fundamentos dispõe de 01 (uma) vaga das 08 (oito)  
505. que foram atribuídas à Faculdade de Educação ao final de 84. Ha-  
506. via solicitado o Departamento abertura de concurso, para esta va-  
507. ga, na área de Psicologia da Educação (Processo nº 23110.0068757  
508. 86-44 em poder do COCEPE). O Departamento, depois de remanejos e  
509. sacrifícios, decidiu postergar este concurso, aguardando a próxi-  
510. ma aposentadoria de um docente do Departamento e aproveitar esta  
510. vaga para suprir a lacuna atual. 2.2. Com relação aos aproveita-  
511. mento do 2º classificado no referido concurso algumas pondera-  
512. ções se fazem necessários sob a forma de corolários: 1º Qualquer  
513. outro procedimento (concurso para professor substituto, ou con-  
514. curso regular para professor auxiliar) não atende o Departamen-  
515. to, visto tratar-se de um processo longo e, por isto, não supor-  
516. tável. 2º Também não há, S.M.J., impedimento legal para o apro-  
517. veitamento do 2º classificado, preenchidos os seguintes requisi-  
518. tos: necessidade urgente intransferível no tempo, qualificação -  
519. do candidato, prazo de vigência do concurso, pedido formal e  
520. aprovação do Departamento, "referendum do Conselho Departamen-  
521. tal" e homologação do COCEPE. 3º Ora, a necessidade urgente de  
522. contar com o docente está amplamente caracterizada neste ofi-  
523. cio. - Quanto à qualificação do candidato, demonstrou, no concur-  
524. so público, plenas condições de poder aceder à carreira do Magis-  
525. tério superior. Aqui devem-se invocar duas outras circunstâncias  
526. que, embora não de caráter formal para o pedido, constituem-se -  
527. em argumento de peso: o professor Marcos, durante o ano de 1986,  
528. além do concurso público para História da Educação e Cultura, -  
529. realizou outro concurso público no mesmo Departamento, na disci-  
530. plina de Filosofia da Educação, classificando-se também em 2º  
531. lugar, com excelente aproveitamento. Ainda cabe ressaltar que o  
532. referido professor já trabalhou no departamento um ano, sob a  
533. forma de contrato por tempo determinado, demonstrando plenas con-  
534. dições. - O prazo de vigência do concurso é de 06 (seis) meses a  
535. partir do último dia 17.03.87, última reunião do Egrégio Conse-  
536. lho Universitário. - Quanto aos outros 3 itens, pedido e aprova-  
537. ção de departamento "referendum" do Conselho Departamental e ho-  
538. mologação pelo COCEPE, falta apenas o último. Neste sentido, -  
539. Magnífico Reitor, peço seja o presente encaminhado e aprovado -  
540. com urgência, para que a Faculdade possa cumprir seu engajamen-



26  
Jul

541. tos e realizar sua missão de unidade Universitária dentro da Uni  
542. versidade Federal de Pelotas. 4ª E, ao final, permito-me reba  
543. ter, a priori, algumas possíveis objeções: 1. "o precedente de  
544. todo o 2º classificado ter direito de ingressar na carreira". -  
545. Creio que sim, caracterizada a situação peculiar de cada caso e  
546. observados os requisitos arrolados acima. 2. "a afetação do carã  
547. ter público dos concursos". Neste caso, pelo que tudo indica, -  
548. apenas fica reforçado. O Senhor Presidente disse que o processo  
549. baixou em diligência a Procuradoria Jurídica para parecer, que -  
550. assim se manifestou: Por uma série de razões, de cuja procedên-  
551. cia me eximo de tecer considerações, o Senhor Diretor da Faculda  
552. de de Educação dirige-se ao Magnífico Reitor no sentido de  
553. encaminhar-lhe a solicitação da contratação do candidato coloca  
554. do em segundo lugar, no Concurso Público recentemente realizado  
555. no Departamento de Fundamentos da Educação, para a área de Histó  
556. ria da Educação e Cultura. No que respeita à possibilidade legal  
557. para que o prdido tenha apreciação favorável, o solicitante invo  
558. ca as circunstâncias de haver necessidade urgente, a demonstradã  
559. qualificação do candidato e o prazo de vigência do concurso a -  
560. que ele se submeteu e no qual logrou aprovação, em segunda colo-  
561. cação. Relativamente à necessidade urgente, entendo não ser de  
562. minha competência avaliar. No que tange à qualificação - pelo -  
563. histórico de participações do candidato em concurso de áreas -  
564. afins e por sua aprovação no concurso específico - é de presu-  
565. mir-se, autorizadamente, que haja. No que respeita ao prazo de  
566. validade do concurso - matéria sobre a qual cabem considerações  
567. de natureza legal - reporto-me a entendimentos anteriores nos  
568. quais me manifestei no sentido de julgar que a inserção, em edi-  
569. tal de concurso, de um "prazo de validade" fixado, importa em  
570. que se admita que, no curso de tal prazo os candidatos habilita-  
571. dos podem pretender valer os direitos que adquiriram no concurso  
572. a que se submeteram. É verdade que o concurso realizado no Depar  
573. tamento de Fundamentos da Educação visava ao preenchimento de -  
574. uma vaga. Não menos certo é, porém, que o edital de anúncio e de  
575. fixação de critérios do concurso estabelecia, também, o prazo de  
576. validade do concurso por seis meses, a contar da data de sua  
577. homologação pelo COCEPE. Já houve, anteriormente, questionamen-  
578. tos sobre o significado da inserção de um "prazo de validade" em  
579. normas de concurso. Ainda que respeitando opiniões diferentes, -  
580. entendo-o como o período dentro do qual os candidatos aprovados  
581. no concurso podem buscar o reconhecimento dos direitos que de-  
582. fluam dos resultados que obtiveram na competição. Se, então, no  
583. decurso do prazo de validade - já tendo sido contratado o primei  
584. ro colocado para a vaga originalmente aberta - ocorrer de nova -  
585. vaga ser oferecida para a mesma área, então entendo que o segun  
586. do colocado pode pleitear o seu aproveitamento para o lugar. As  
587. sim, sob o estrito ponto-de-vista em que o solicitante faz o  
588. posicionamento legal da questão, entendo procedentes suas ra-  
589. zões. Ocorre-me, no entanto, lembrar que o concurso a que se faz  
590. referência no presente processo, encontra-se, até agora, com seu  
591. resultado pendente de apreciação final na Justiça, eis que o can  
592. didato AGOSTINHO MÁRIO DALLA VECCHIA, que obteve média mais ele-  
593. vada nas provas, tendo tido sua participação desclassificada, -  
594. por ato do COCEPE, ingressou com mandato de segurança na Justiça  
595. Federal, dela obtendo a concessão de medida liminar no sentido -

✱



27  
Del

596. de ser determinada sua contratação. O caso ainda pende de julga-  
597. mento quanto ao m<sup>er</sup>ito, podendo acontecer que, afinal, não provi-  
598. da a pretensão do candidato AGOSTINHO, seja confirmada a classi-  
599. ficação de MARCOS VILLELA PEREIRA como primeiro colocado. Ponde-  
600. ro tal circunstância para que seja ela considerada no julgamento  
601. da presente solicitação. Após o relato o Senhor Presidente sugere-  
602. riu que o processo fosse alvo de parecer da Comissão de Concurso.  
603. A sugestão foi aprovada. Ficou deliberado em reunião, que o item  
604. nº 25 fosse discutido e debatido em uma sessão específica para -  
605. tal, ficando desde logo determinado que a referida sessão será -  
606. realizada dia 18.05.87, em continuidade desta no mesmo local e  
607. hora. Ficou também deliberado que os processos que foram enca-  
608. minados para a Comissão de Concurso, serão relatados nesta reu-  
609. nião que são os processos oriundos da Faculdade Educação e do  
610. Instituto de Ciências Humanas. O Conselheiro José Gilberto da  
611. Cunha Gastal solicitou a palavra dizendo que teria para relatar  
612. dois processos além de mais dois assuntos, que julga importan-  
613. tes. O Senhor Presidente consultou os Conselheiros sobre a soli-  
614. citação do pedido do Conselheiro José Gilberto da Cunha Gastal,  
615. sendo o mesmo aprovado. Disse o Conselheiro que o primeiro pro-  
616. cesso esta protocolado sob nº 23110.000227/87-61, oriundo da  
617. Faculdade de Medicina que encaminha os resultados do concurso -  
618. realizado naquela Unidade, para Professor Substituto, na área de  
619. Bases da Técnica Operatória e Anestesia, do Departamento de Ci-  
620. rurgia Geral. A Comissão de Concurso é favorável à homologação -  
621. dos resultados que apontou como primeiro classificado JOÃO MA-  
622. NOEL DOS SANTOS. Colocado em discussão o parecer da Comissão de  
623. Concurso, foi o mesmo aprovado. Outro processo é o de nº 23110.-  
624. 001313/86-87, que tem sua origem no Instituto de Letras e Artes, na  
625. área de Canto, que encaminha para homologação as datas e Comis-  
626. são Examinadora para o concurso de Professor Auxiliar. A Comissão  
627. de Concurso é pela homologação das datas e Comissão Examinadora.  
628. Colocado em discussão o parecer da Comissão de Concurso, foi a  
629. mesma aprovada. Concedida a palavra ao Conselheiro José Gilberto  
630. da Cunha Gastal este disse que outro assunto que queria abordar  
631. neste Conselho, e que talvez não seja de competência do mesmo, -  
632. mas acha que este Conselho deve tomar conhecimento. Disse que a  
633. Faculdade de Veterinária, talvez por carência de recursos, não  
634. oferece aos alunos, na disciplina de Anatomia, os cães, que são  
635. sacrificados para o trabalho de dissecação. Face esta carência -  
636. de recursos, existem pessoas que fornecem estes animais à Facul-  
637. dade de Veterinária, cobrando para isto uma quantia irrisória, -  
638. mais ou menos cem cruzados por animal encontrado. Como a Unidade  
639. não dispõe destes recursos, a solução encontrada, e que visa re-  
640. solver o problema, é uma solução que apresenta um fato negativo.  
641. Os alunos, individualmente, ou em grupos, apreendem e trazem pa-  
642. ra a Unidade, os animais para o sacrifício. Disse que isto é  
643. contraproducente. Este tipo de experiência traz, para determina-  
644. das pessoas, talvez para aquelas mais sensíveis, e principalmen-  
645. te para os alunos, uma violência emocional. No seu entender, -  
646. acha que o COCEPE, uma vez tomando conhecimento do fato, deveria  
647. dirigir-se à administração da Universidade, manifestando-se no  
648. sentido de dar um suprimento urgente, dos poucos recursos que  
649. são necessários, para aquisição de animais, acabando com a situa-  
650. ção existente. Sua proposta é de uma dotação para suprir o Bitê-

L



651.rio da Faculdade de Veterinária. O Senhor Presidente disse que -  
652.este problema em princípio não é de ordem financeira. É um pro-  
653.blema que viveu desde que iniciou como professor de Anatomia na  
654.Faculdade de Medicina, dizendo que o problema, existe em todas -  
655.as Universidades Brasileiras. Até se torna cada vez mais cru-  
656.cial em relação ao material cadavérico humano e animal. Chegou-  
657.-se a um determinado ponto, em termos de Medicina, e depois de  
658.Veterinária, de termos que subornar empresas funerárias, que se  
659.encarregam do enterro de indigentes para conseguirmos material -  
660.de ensino para anatomia humana. Disse que com relação ao mate-  
661.rial cadavérico, enquanto não se estabelecer no país uma lei que  
662.exija que os corpos de pessoas, que não tenham familiares, "indi-  
663.gentes", se destinem as unidades de ensino e pesquisa, isto cer-  
664.tamente continuará existindo. Esta lei do ensino, "lei cadavéri-  
665.ca", já por diversas vezes esteve em tramitação e nunca foi apro-  
666.vada. Em função destas dificuldades de conseguirmos material cada-  
667.vérico, para o ensino, na Faculdade de Medicina passou-se a uti-  
668.lizar-se dos cães, e a dificuldade não foi de ordem financeira, -  
669.a dificuldade esbarrava em diversos tipos de problemas. Disse o  
670.Senhor Presidente que as alegações do Conselheiro José Gilberto  
671.da Cunha Gastal são pertinentes, mas não vê problemas financei-  
672.ros de pequena monta. Disse que o problema só será solucionado -  
673.no momento em que a Universidade tiver um Biotério funcional.  
674.Seu posicionamento é contrário a recomendação à Reitoria, embora  
675.seja favorável que o Conselheiro ponderou. A Reitoria dá todo o  
676.apoio financeiro para a aquisição de animais, o problema é que -  
677.não é fácil adquiri-los. A solução é, o Biotério. Outro assunto  
678.que o Conselheiro José Gilberto da Cunha Gastal queria abordar -  
679.e no seu entender a Comissão de Concurso deveria trazer este pro-  
680.blema ao plenário, é a questão do critério que se tem adotado no  
681.COCEPE, no tocante a duração das aulas em concurso. Nós temos en-  
682.tendido que as aulas com menos de quarenta minutos e mais de  
683.cinquenta minutos desclassificam o candidato. Disse o Conselhei-  
684.ro que em razão do Concurso realizado pelo candidato Agostinho -  
685.Mario Della Vecchia, passou a pensar sobre aquela argumentação,  
686.de que por determinação normativa as aulas devem ter a duração -  
687.de menos de quarenta e máximo cinquenta minutos, talvez elas não  
688.seja dirigidas ao candidato; esta determinação deveria ser dirigi-  
689.da a Banca no sentido de não poder exigir menos de quarenta minu-  
690.tos e máximo de cinquenta minutos. O Senhor Presidente disse que  
691.tem outra interpretação, que se essa determinação fosse exigida  
692.a banca, que a banca na qualificação do candidato que desse uma  
693.aula de 30 (trinta) minutos, o qualificasse em nota e não em des-  
694.classificação, da mesma forma em uma aula de uma hora e meia. -  
695.Disse o Senhor Presidente que na ocasião da realização daquela  
696.sessão do Conselho Universitário, em que o mesmo presidiu, e que  
697.se aprovou a desclassificação do candidato, aceitando o recurso  
698.do candidato pela desclassificação do COCEPE, era uma ideia que  
699.tinha a trazer ao COCEPE a modificação da norma. Endosa que a  
700.Comissão de Concurso proponha em uma próxima reunião deste órgão  
701.uma modificação neste sentido. O Senhor Presidente solicitou que  
702.a Conselheira Luiza Helena Falkenberg, fizesse o relato dos pro-  
703.cessos oriundos da Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação. 12.  
704.PROCESSO Nº 23110.007002/86-40 - PROFA. ALZIRA CONCEIÇÃO DE L.  
705.KERSTEN - Solicita a requerente o reconhecimento do título de



706. Doutor em Medicina Veterinária, realizado na Alemanha. A requerente  
707. teve instruído o processo na forma dos artigos 1º e 2º da Resolução  
708. nº 02/86, estando pois dispensados da tradução dos mesmos fa-  
709. ce ao que dispõe o parágrafo único do artigo 2º da referida Reso-  
710. lução. O processo está em condições de ser reconhecido, para -  
711. fins de progressão funcional. Colocado em discussão, foi o títu-  
712. lo reconhecido pelo COCEPE, para fins de progressão funcional. -  
713. 13. PROCESSO Nº 23110.001064/87-65 - PROFA LIGIA XAVIER GOULART  
714. - Encaminha a requerente ofício ao Chefe do Departamento de Habi-  
715. tação, onde a mesma solicita que seja encaminhado aos órgãos com-  
716. petentes, o pedido de suspensão do projeto de pesquisa denomina-  
717. do "Necessidades, Aspirações, Condições de Vida e Estratégias de  
718. Sobrevivência da População da Periferia Urbana de Pelotas. A  
719. suspensão do projeto tem aprovação do Conselho Departamental da  
720. Unidade. Em seu parecer a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Gradua-  
721. ção é pela suspensão do projeto. O COCEPE tomou conhecimento da  
722. suspensão do projeto de pesquisa mencionado. 14. PROCESSO Nº  
723. 23110.001153/87-93 - PROF. MANOEL DE SOUZA MAIA - Encaminha pro-  
724. jeto de pesquisa denominado "Produção e Tecnologia de Sementes -  
725. de Espécies Forrageiras de Clima Temperado". A Pró-Reitoria de  
726. Pesquisa e Pós-Graduação é favorável à homologação do projeto. O  
727. COCEPE tomou conhecimento do projeto de pesquisa coordenado pelo  
728. Prof. Manoel de Souza Maia, do Departamento de Fitotecnia da Fa-  
729. culdade de Agronomia Eliseu Maciel. A Conselheira Luisa Helena -  
730. Falkenberg solicitou aos Conselheiros sobre a possibilidade de  
731. relatar nesta sessão dois processos que não constam da pauta. -  
732. Com a anuência dos Conselheiros o Senhor Presidente concedeu a  
733. palavra a Conselheira para que a mesma fizesse o relato dos pro-  
734. cessos. Disse a Conselheira que o primeiro processo protocolado  
735. sob nº 23110.000919/87-86, oriundo do Instituto de Biologia, que  
736. encaminha o pedido de afastamento do Prof. Dario Munt de Moraes.  
737. A Conselheira Luisa Helena Falkenberg fez um relato sobre o pro-  
738. cesso em pauta. O parecer da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Gra-  
739. duação é de que nada tem a opor no pedido de afastamento do pro-  
740. fessor requerente, uma vez que foi atendido o disposto na Porta-  
741. ria nº 636/83. O período de afastamento 07.12.86 à 31.03.87. Co-  
742. locado em discussão o parecer exarado, foi o mesmo aprovado. Ou-  
743. tro processo que iria relatar esta protocolado sob nº 23110.000-  
744. 918/87-13, também do Instituto de Biologia, que encaminha o pedi-  
745. do de liberação de 20 (vinte) horas para realizar Curso de Pós-  
746. -Graduação em Educação da Profa. Cristina Helena V. Schuch. A  
748. Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação exarou o seguinte parecer:-  
749. A Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação do COCEPE procedeu a se-  
750. guinte análise: a) A área na qual a Profa. Cristina Helena V.  
751. Schuch pretende realizar curso de especialização (Educação) não  
752. é pertinente à área de atuação de seu Departamento (Zoologia e  
753. Genética), enquadrando-se, portanto, no caput do artigo 6º da  
754. Portaria nº 636/83; b) Por assim ser, de acordo com o § 1º do  
755. mesmo artigo é necessária justificativa a ser analisada pelo -  
756. COCEPE; c) Esta Comissão depende da própria solicitação a justi-  
757. ficativa, emitindo o seguinte PARECER: Educação deve ser conside-  
758. rada área pertinente a todos os departamentos de ensino da Uni-  
759. versidade Federal de Pelotas, já que educar é a função precípu-  
760. do professor. Com esta orientação a Comissão de Pesquisa e Pós-

AS



30  
jul

761.-Graduação considera plenamente justificada a solicitação da  
762.Profa. Cristina Helena V. Schuch, pressupondo ser esta a argumen-  
763.tação por parte do Departamento de Zoologia e Genética e do pró-  
764.prio Conselho Departamental do Instituto de Biologia, implícita-  
765.na suas respectivas aprovações. O COCEPE aprovou o parecer da Co-  
766.missão de Pesquisa e Pós-Graduação que é favorável ao pedido de  
767.liberação de 20 (vinte) horas a Profa. CRISTINA HELENA V. SCHUCH  
768.para realizar curso de especialização em Educação. A seguir o  
769.Senhor Presidente suspendeu a presente sessão, marcando sua con-  
770.tinuidade para o dia 18.05 do corrente ano, no mesmo horário e  
771.local. REUNIÃO DO COCEPE REALIZADA DIA 18.05.87, EM CONTINUIDADE  
772.A REALIZADA DIA 15.05.87 - Estavam presentes os seguintes Conse-  
773.lheiros: Prof. Léo Zilberknop, Vice-Reitor desta Instituição, -  
774.Prof. Paulo Domingos Mieres Caruso, Profa. Luisa H. Falkenberg, -  
775.Prof. Renato Luiz Mello Varoto, Profa Leila Hadler, Prof. Sérgio  
776.Roberto Martins, suplente do Representante da Área de Ciências -  
777.Agrárias, Prof. Luiz Antonio Machado Veríssimo, Prof. Claudio -  
778.Borba Gomes, Profa. Ângela Maria Sinott Rocha Gonzales, Prof.  
779.José Gilberto da Cunha Gastal e os Acadêmicos Paulo Ricardo Oppa  
780.Ribeiro e Carlos José de Azevedo Machado. Dando continuidade a  
781.sessão do dia 15.05.87, disse o Senhor Presidente inicialmente -  
782.que, o assunto referente as normas de avaliação e desempenho, é  
783.um assunto bastante importante e polêmico, e que desde o ano pas-  
784.sado esta tramitando por este Conselho. Este problema referente  
785.a norma de avaliação de desempenho para fins de progressão fun-  
786.cional é um problema que surgiu na Universidade com o Plano de  
787.Cargos e Salários isonômico das fundações já que antes da  
788.implantação do mesmo esta promoção era automática. O Plano de  
789.Cargos e Salários em um de seus artigos, 21 e 22 fixa que esta  
790.promoção far-se-á de acordo com os quesitos estabelecidos, nes-  
791.tes artigos. A avaliação do desempenho já pelo Plano de Cargos  
792.e Salários nos traz uma série de itens considerados essenciais -  
793.pelo próprio artigo, e que deverão ser ponderados para fins da  
794.referida avaliação. Disse o Senhor Presidente que a Comissão Per-  
795.manente de Pessoal Docente através de seu Presidente encaminhou,  
796.por solicitação deste Conselho, ofício onde solicita urgência no  
797.estabelecimentos de normas e critérios de avaliação do de-  
798.sempenho acadêmico para promoção de docentes do ensino superior,  
799.de acordo com os artigos 21 item II e 22, bem como, de docentes  
800.de 1º e 2º de acordo com os art. 45 item II e 46 do Plano de Car-  
801.gos e Salários. Este Conselho em reunião realizada dia 30.10.86,  
802.aprovou a proposta formulada pelo Conselheiro Osmar Miguel -  
803.Schaeffer, no sentido de solicitar à Comissão Permanente de Pes-  
804.soal Docente que apresente o mais breve possível uma minuta de  
805.Resolução normatizando a progressão funcional dos docentes, que  
806.posteriormente será analisada pelo COCEPE. Posteriormente a Co-  
807.missão Permanente de Pessoal Docente encaminhou a este Conselho,  
808.após ouvidos os Departamentos, uma minuta de resolução sobre a  
809.proposta de avaliação de desempenho. O Senhor Presidente relatou  
810.aos Conselheiros a referida proposta (Fsl.03/05). O Senhor Presi-  
811.dente disse que após baixou o processo em diligência à Procurado-  
812.ria Jurídica para que esta emitisse parecer quanto a proposta -  
813.apresentada pela Comissão Permanente de Pessoal Docente. A Procu-  
814.radoria Jurídica assim se manifestou: À toda evidência, a pro-  
815.posta normativa apresentada não estabelece critérios relativos a



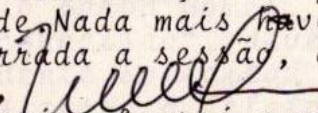
816.pontos considerados essenciais na avaliação, segundo termos do  
817.P.C.S. (Art. 22, II, § 2º). Refere-se o signatário - Presidente -  
818.da CPPD - à circunstância de premência de tempo, impeditiva de  
819.elaboração de trabalho definitivo. Cumpre-me ressaltar - sem -  
820.entrar no mērito da questão de tempo - que a avaliação, nos ter-  
821.mos da proposta apresentada, dependerá demasiadamente da subjeti-  
822.vidade das comissões que se formarem para tal fim. De qualquer -  
823.sorte, cabe ao Egrégio COCEPE, em face da urgência de serem en-  
824.cetados os trabalhos de avaliação, ponderar sobre a validade de,  
825.transitoriamente, proceder-se de acordo com os termos da propos-  
826.ta apresentada. Disse o Senhor Presidente que este órgão desig-  
827.nou que a Comissão de Concurso, especificamente através de sua  
828.presidência, Conselheiro José Gilberto da Cunha Gastal, elaboras-  
829.se uma proposta em face deste que já tinha sido apresentada, e a  
830.mesma consta deste processo. O Senhor Presidente relatou aos Con-  
831.selheiros a proposta elaborada pelo Conselheiro José Gilberto da  
832.Cunha Gastal (fls.03). Por outro lado no dia 12.05 do corrente  
833.ano chega a esta Presidência ofício do Presidente da Associação'  
834.dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas nos seguintes -  
835.termos: Vimos por meio deste encaminhar a V. Magnificência a po-  
836.sição dos docentes da Universidade Federal de Pelotas, sobre pro-  
837.gressão funcional, aprovada após amplas e profundas discussões -  
838.em reuniões (nas unidades e no Comando de Greve/ADUFPEL), no paí-  
839.nel sobre avaliação de desempenho docente e em Assembléias Ge-  
840.raís da categoria. O Senhor Presidente relatou aos Conselheiros'  
841.a posição dos docentes sobre a referida progressão funcional ( -  
842.fls.18). As propostas oriundas da Comissão Permanente de Pessoal  
843.Docente e do Conselho José Gilberto da Cunha Gastal e a posição'  
844.dos docentes da Universidade Federal de Pelotas, ficam fazendo -  
845.parte integrante da presente ata e arquivadas na Secretaria dos  
846.Conselhos Superiores. O Senhor Presidente colocou o assunto em  
847.discussão. Foi a mesma amplamente debatida pelo plenário, onde -  
848.foram ouvidas diversas manifestações dos Conselheiros sobre as  
849.propostas de avaliação de desempenho para promoção de docentes -  
850.do ensino superior. O Conselheiro Renato Luiz Mello Varoto soli-  
851.citou a palavra e fez uma proposta referente a matéria. A mesma  
852.após debatida pelos Conselheiros, foi aprovada. É a seguinte a  
853.proposta aprovada: CONSIDERANDO os artigos 21, item II e 22, bem  
854.como os artigos 45, item II e 46 do Plano de Cargos e Salários, -  
855.Benefícios e Vantagens; CONSIDERANDO as propostas oriundas da  
856.Comissão Permanente de Pessoal Docente, do relator do processo -  
857.no COCEPE, e da proposta apresentada em Assembléia dos professo-  
858.res da Universidade Federal de Pelotas, constante do processo nº  
859.23110.005300/86-87; CONSIDERANDO o que foi deliberado em sessão'  
860.daquela órgão realizada dia 15.05.87 e constante da Ata nº 02/  
861.87, RESOLVE: 1. Estabelecer para reestudo das normas e critérios  
862.de progressão funcional os prazos uniprorrogáveis contados a par-  
863.tir desta data: - pelos Departamentos - 30 (trinta) dias. - pe-  
864.los Conselhos Departamentais e Colegiados 15 (quinze) dias. -  
865.pela CPPD - 30 (trinta) dias. - pelo COCEPE - 30 (trinta) dias. -  
866.2. Aos docentes que tenham completado o interstício e a requei-'  
867.ram até a data da aprovação final, pelo COCEPE, das normas e cri-  
868.térios de progressão funcional, será automaticamente deferida a  
869.progressão funcional, em virtude da pendência de regulamentação'  
870.esta faculdade. 3. Ratificando decisão anterior, atribuir a



871. Comissão Permanente de Pessoal Docente a Coordenação do processo  
872. de reestudo das normas e critérios de progressão funcional, suge-  
873. rindo o envio a todos os departamentos da documentação existen-  
874. te. A seguir o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Conselhei-  
875. ro José Gilberto da Cunha Gastal, Presidente da Comissão de  
876. Concurso para que o mesmo fizesse o relato de dois processos, da  
877. Faculdade de Educação e do Instituto de Ciências Humanas. Disse  
878. o Conselheiro que o primeiro processo a ser relatado é o de nº  
879. 22 da Ordem do Dia, protocolado sob nº 23110.001435/84-9, oriun-  
880. do do Instituto de Ciências Humanas, que solicita prorrogação de  
881. prazo do concurso para Professor Titular, na área de Economia. A  
882. Comissão de Concurso exarou o seguinte parecer: Professor Titu-  
883. lar, na área de Economia, no seguinte teor: Hã norma, exigindo -  
884. consumação do concurso, em determinado prazo. Uma razão de ser -  
885. da norma é a de não reservar a oportunidade a quem, em certo mo-  
886. mento esteve apto a concorrer e se inscrever, sem limite de tem-  
887. po para fazer valer a oportunidade. Outra razão, concreta àquela  
888. é de que a Instituição deve poder aproveitar, em outro tempo fu-  
889. turo, aquelas outras pessoas que, então, se tenham tornado aptas  
890. e se disponham a concorrer. Nestas linhas, entende a Comissão -  
891. que descabe a pura e simples prorrogação do prazo para realiza-  
892. ção do concurso. Por outro lado, não parece condenável a prorro-  
893. gação, se preservada a razão de ser da norma limitativa do tem-  
894. po. A isto se chegaria, reabrindo a oportunidade de inscrições, -  
895. a outros candidatos e prorrogando, até 180 (cento e oitenta) -  
896. dias contados do encerramento das inscrições complementares, o  
897. prazo para a realização do concurso, cujos demais atos até esta  
898. data ficam ratificados, para os fins acima referidos. Requisito  
899. disto seria a prévia concordância dos atuais inscritos. Em caso  
900. contrário caberia declarar que o concurso aberto caducou e outro  
901. deverá ser aberto, com o mesmo programa e garantindo aos atuais  
902. inscritos a dispensa da taxa de inscrição por compensação com as  
903. todas pagas no concurso caduco. Fica recomendado a formal conces-  
904. são desta deliberação aos candidatos inscritos no concurso cadu-  
905. co. Colocado em discussão o parecer da Comissão de Concurso, -  
906. foi a segunda alternativa, ou seja, o concurso aberto caducou e  
907. outro deverá ser aberto, com o mesmo programa e garantindo aos  
908. atuais inscritos a dispensa da taxa de inscrição por compensa-  
909. ção, com as todas pagas no concurso caduco. Fica recomendado a  
910. formal concessão desta deliberação aos candidatos inscritos no  
911. concurso caduco. O outro processo a ser relatado, especificado -  
912. no item 24 da Ordem do Dia, e protocolado sob nº 23110.001118/97  
913. -92, oriundo da Faculdade de Educação, que solicita a contrata-  
914. ção do Prof. Marcos Villela Pereira. A Comissão de Concurso emi-  
915. tiu o seguinte parecer: O ingresso no magistério apenas mediante  
916. concurso público é uma relevante conquista, em termos de lisura -  
917. no trato da coisa pública e de ganho da Universidade, quanto ao  
918. seu corpo docente. Concurso público é ato jurídico formal. Sua  
919. forma e a rigidez de suas regras são requisitos de realização da  
920. respectiva razão de ser. Concurso aberto para uma vaga não pode -  
921. ser aproveitado para outras vagas. O concurso que a unidade -  
922. quer aproveitar, para uma segunda contratação, não foi aberto pa-  
923. ra preencher as vagas que se abrirem no curso de seu prazo de va-  
924. lidade, foi aberto para uma vaga. No seu prazo de validade, se  
925. não preenchida a vaga pelo primeiro colocado, poderá ser contra-

★



926. tado o segundo e assim por diante. Entretanto, não poderão ser -  
927. contratados 02 (dois) ou 03 (três) aprovados, quando concorriam -  
928. a uma só vaga. No caso concreto, as duas áreas em foco situam-se  
929. no mesmo departamento. É critério de reunião de disciplinas em  
930. um departamento a respectiva afinidade. É corolário dessas afini-  
931. dades que os docentes de um departamento sejam aptos a lecionar  
932. suas afins disciplinas. Portanto, não desmerecendo as alegadas  
933. dificuldades argüidas pela Unidade, a solução não deve ser en-  
934. contrada naquele que, "Data vênica" da douta Procuradoria, viola  
935. os limites da legalidade. A solução, estará, em termos de urgên-  
936. cia, dentro do próprio departamento, e, em termos de presteza, -  
937. dentro da seleção para admissão de professores. O parecer exara-  
938. do pela Comissão de Concurso foi aprovado pela maioria dos Conse-  
939. lheiros, com exceção da representação discente, que manifestou-  
940. -se contrária à decisão do COCEPE, dizendo que os estudantes da-  
941. aquela Unidade ficam prejudicados com a falta de Professor no  
942. Curso de Pedagogia, pela ausência da disciplina Sistema Educacio-  
943. nal Brasileiro II. Disse que não é de responsabilidade deste or-  
944. gão, e sim do processo que foi mal encaminhado dentro da Facul-  
945. dade de Educação. O Senhor Presidente disse que a Unidade deve -  
946. suprir as necessidades docentes no momento com professores do -  
947. próprio Departamento, e que durante este prazo agilise o proces-  
948. so seletivo para contratação de professor substituto nas vagas -  
949. alocadas à Unidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presiden-  
950. te, deu por encerrada a sessão, às onze horas e trinta minutos. -  
951. Para constar, eu,  Sued Ferreira Rodrigues, Asses-  
952. sor da Vice-Reitoria, lavrei a presente ata. Secretaria dos Con-  
953. selhos Superiores, aos vinte e seis dias do mês de maio de mil  
954. novecentos e oitenta e sete. x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x